



MÁRIO AUGUSTO MEDEIROS DA SILVA

Outra ponte sobre o Atlântico Sul: descolonização africana e alianças político- -intelectuais em São Paulo nos anos 1960

Análise Social, 225, LII (4.º), 2017

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt



Análise Social, 225, LII (4.º), 2017, 804-826

Outra ponte sobre o Atlântico Sul: descolonização africana e alianças político-intelectuais em São Paulo nos anos 1960. Neste artigo analisam-se as condições sociais de aproximação entre intelectuais e ativistas brancos e negros brasileiros, em São Paulo, e militantes africanos, na sua maioria angolanos, no contexto da luta anticolonial de finais dos anos 50 e meados dos anos 1960 do século xx. Através de fontes variadas, procura-se evidenciar o debate gerado entre estes intelectuais e o seu posterior afastamento, provocado pelas dificuldades enfrentadas por ambos os lados, institucional e quotidianamente, no seguimento do golpe de estado civil-militar em 1964 no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: luta anticolonial; ativismo político e cultural; relações África-Brasil; intelectuais.

Another bridge over the South Atlantic: African decolonization, political and intellectual alliances in São Paulo in the 1960s. This article analyzes the social conditions of the relationship between intellectuals and Brazilian black and white activists in São Paulo and African militants, mostly Angolans, in the context of the anticolonial struggle of the late 1950s and mid-1960s. Using a variety of sources, the aim is to highlight the debate generated by these intellectuals and their subsequent separation, caused by the difficulties faced by both sides, both institutionally and daily, following the popular-military coup of 1964 in Brazil.

KEYWORDS: Anticolonial fight; political activism and culture; Africa-Brazil relations; intellectuals.

MÁRIO AUGUSTO MEDEIROS DA SILVA

Outra ponte sobre o Atlântico Sul: descolonização africana e alianças político- -intelectuais em São Paulo nos anos 1960¹

ÁFRICA NO HORIZONTE

As ideias sobre África aparecem em momentos distintos da história do associativismo político e cultural negro de São Paulo do começo do século xx, circulando por diferentes caminhos² até aos anos 1960. Trata-se de sugestões de nomes, acontecimentos ou ainda de articulações internacionais que, mesmo carecendo de maiores detalhes, são importantes para a pesquisa, permitindo avaliar as mudanças de percepção e de contactos nas décadas seguintes. Neste artigo, o foco analítico situa-se entre o final dos anos 1950 e o começo da década seguinte, até ao golpe de estado civil-militar de 1964, no Brasil, e maioritariamente em São Paulo.

O ponto de partida foi a entrevista que me concedeu, em 2007, o escritor e ativista negro Oswaldo de Camargo (1936-), que narrou o encontro que ele e os seus pares presentes na Associação Cultural do Negro (1954-1976) tiveram com estudantes angolanos em São Paulo, apresentando-lhes livros e primeiras

1 Versões distintas deste artigo foram compostas para o XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (Lisboa, 1 a 5 de fevereiro de 2015) e para o IV Colóquio Internacional Áfricas, Literatura e Contemporaneidade/II Encontro de Estudos Africanos “Abrindo Caminhos” (USP, entre 23 e 26 de novembro de 2015). Agradeço a Mariana Chaguri, Ingrid Hapke, Rita Chaves e Nazir Cahn, Omar Ribeiro Thomaz, José Luís Cabaço, Mariana Fujisawa, A Oswaldo de Camargo, pela entrevista que deu início a esta investigação. E ainda a Barbara Castro e Ana Helena Passos, pela leitura e entusiasmo.

2 Por exemplo, nas memórias de Leite (1992, pp. 77-78), aparecerão menções ao jornal *Negro World*, de Marcus Garvey; relações com negros ingleses e de Trinidad e Tobago (Leite, 1992, pp. 62, 73, 75; Gomes, 2005, pp. 43-44). Além disso, autores como Buttler (1998, pp. 104-105), Alberti e Pereira (2007a, pp.27-28), Ferrara (1986), Regina Pahim Pinto (1993), Guimarães (2003) e Domingues (2005) tratam de outros momentos e associações negras em São Paulo em que a circulação de ideias sobre África se torna importante.

impressões acerca do continente africano e, especialmente, da luta anticolonial contemporânea. Camargo narrou particularmente o contacto com o ativista Paulo dos Santos Matoso Neto, mas sem maiores detalhes na entrevista – cujo excerto será reproduzido mais adiante.

Tomando Matoso como um indício, e dialogando com uma bibliografia crescente sobre o mesmo assunto, tentou-se acompanhar, num primeiro momento, o debate sobre aspetos da relação entre o Brasil, Portugal e África – relação que o historiador ganês Anani Dzidzienyo (1970)³ considerava que devia ser analisada enquanto “relação tridimensional”; e, num segundo momento, contribuir com dados originais para uma bibliografia em consolidação. Realizando um trabalho confluyente com o de Dzidzienyo (1970), Jerry Dávila (2011), José Francisco dos Santos (2010) ou, ainda, Paulina Alberto (2011), o artigo procura analisar mais detidamente aspetos dos contactos dos ativistas angolanos em São Paulo com intelectuais e ativistas negros e brancos brasileiros, bem como com um público difuso, mais geral.

Este contacto foi acompanhado com atenção por artigos publicados maioritariamente no jornal *O Estado de São Paulo*, de posição anti-salazarista, até ao golpe de estado civil-militar de 1964. Esses artigos do jornal paulista, em conjunto com a relacionados com o associativismo negro paulistano (através da Associação Cultural do Negro) bem como o material consultado no acervo DEOPS do Arquivo Público do Estado de São Paulo e dos documentos sobre migração digitalizados no *Family Search*, entre outros, constituem contributos analíticos originais sobre o assunto em questão, face à bibliografia mencionada.

BRASIL, ÁFRICA, PORTUGAL: A VISÃO DIPLOMÁTICA BRASILEIRA DOS ANOS 1960

As relações entre Brasil, Portugal e a África lusófona nos anos 1950 podem ser pensadas em dois níveis: no plano *institucional* (debate intelectual e relações diplomáticas); no patamar do *ativismo político e cultural* (entre negros e brancos, brasileiros e africanos). Para tratar do primeiro aspecto é fundamental o livro de Jerry Dávila acerca das complicadas relações diplomáticas entre o Brasil, Portugal e os países africanos, contemporâneas das lutas anticoloniais, dos

3 “Assim, estabelece-se uma relação tridimensional, com o Brasil ao centro, a ser influenciado por cada uma das duas partes. Não é possível debater-se, explicitamente, sobre as relações do Brasil com a África sem chegar-se à compreensão de como Portugal se ajusta ao quadro. E de como a maneira de tal ajustamento se acha intrinsecamente ligada à presença constante de Portugal na África, em Angola, Moçambique e na Guiné Bissau, bem como no Brasil” (Dzidzienyo, 1970, p. 80).

estudos do sociólogo Gilberto Freyre sobre o lusotropicalismo e as justificativas da colonização portuguesa em África; da política externa independente de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) e a formulação de uma diplomacia que conseguisse escapar à influência portuguesa e estadunidense, abrindo espaço – sem grande sucesso – para relações autónomas com os países africanos independentes, como a Nigéria (1960). A construção da aliança, nos anos 1950, de Portugal com o Brasil é articulada também:

Em virtude do sucesso de *Casa-Grande e Senzala* [sic] e do volume que o sucedeu, *Sobradões e mocambos* [...] o governo português agarrou-se a Gilberto Freyre como uma figura que podia oferecer uma justificativa moderna e atraente – antirracista e envernizada com o linguajar das ciências sociais – para seu antigo projeto colonial. [...] Em 1950, o ministro do Ultramar português Manoel Sarmiento Rodrigues o convidou para viajar pelas colônias portuguesas na África e na Índia por seis meses às custas do governo. [...] Como resultado dessas viagens, dois livros foram produzidos: *Aventura e Rotina* (1952) e *Um Brasileiro em Terras Portuguesas* (1953). [...] Como Sarmiento Rodrigues escreveu para Freyre em 1954, “quanto à causa que defendemos, basta saber que é a mesma” [Dávila, 2011, pp. 27, 31, 33].

Houve também um esteio institucional para essa aproximação de ideias. Dos anos 1930 a 1970, segundo o historiador, os presidentes brasileiros preocuparam-se, sobretudo, em conseguir apoio da comunidade portuguesa no Rio de Janeiro e em São Paulo, com um público de “mais de um milhão de imigrantes portugueses [que] se estabeleceram no Brasil, entre 1900 e 1980, sobretudo em São Paulo e no Rio Janeiro” (Dávila, 2011, p. 37). Esta comunidade lastreava uma espécie de *lobby* pró-Salazar e suas políticas, expresso por jornais da grande imprensa das capitais, ligados a Assis Chateaubriand.⁴ A oposição, dentro do grupo da imprensa, seria explicitada pelos periódicos *O Estado de São Paulo* e o *Diário de Notícias* (RJ). Tal dissidência via como incoerente a posição de Portugal, fosse aos princípios raciais brasileiros ou ao carácter antidemocrático do regime salazarista. Especialmente no jornal paulista, aparecerão menções ao ativismo e às lutas anticoloniais africanas.

O continente africano protagonizou lutas pelas independências nacionais, provocando o país do outro lado do Atlântico, com a ascensão de Jânio Quadros ao poder, a formular a sua política externa independente, que come-

4 “Assis Chateaubriand, proprietário da maior cadeia de jornais no Brasil, os Diários Associados, era um defensor declarado do regime de Salazar. Em gratidão pelo seu apoio, Salazar deu o nome de Chateaubriand a uma rua de Lisboa. Mas, além dos Diários Associados, quase todos os jornais diários dos anos 1950 e 1960 no Rio – *Correio da Manhã*, *O Globo*, *O Jornal*, *Tribuna da Imprensa*, *Diário da Noite* e *Jornal do Brasil* – eram pró-Portugal” (Dávila, 2011, p. 39).

çou a criar as relações contemporâneas com os vizinhos de oceano. “Jânio abriu embaixadas em Gana, Nigéria e Senegal. O seu sucessor, João Goulart, continuou nessa linha, até à sua deposição pelos militares em 1964. O governo Castelo Branco reverteu a direção da política externa brasileira e prendeu seguidores dos movimentos para a independência africana” (Dávila, 2011, p. 52). Paulina Alberto complexifica este contexto ao explicá-lo sob uma dupla influência: das possibilidades comerciais abertas pelas independências africanas, por um lado, e por outro, o seu enredamento no mito nacional da democracia racial, explicitado na política de Estado:

Durante a primeira metade do século xx a postura do Brasil em relação à África colonial refletia a sua orientação favorável às políticas da Europa e Estados Unidos, e ao longo da década de 1950 o Brasil apoiou Portugal e outras potências europeias nos seus projetos coloniais. Mas, no final da década de 1950, um pequeno grupo de diplomatas brasileiros que discordava dessa postura começou a argumentar que os iminentes movimentos pela independência no mundo afro-asiático ofereciam uma oportunidade ao Brasil de romper com sua posição subordinada na ordem mundial da Guerra Fria. [...] A eleição de Jânio Quadros em 1960 colocou esses dissidentes no controle da política externa brasileira com a África. Funcionários do Itamaraty se apressaram para planejar e implantar o que Quadros declarou ser uma política externa “independente” – uma política que se desvinculava do apoio tradicional a Portugal e afirmava a nova posição anticolonialista e antirracista de solidariedade do Brasil com países do Terceiro Mundo. Além de solidariedade, no entanto, um dos principais objetivos da nova política com a África era de posicionar o Brasil como um parceiro comercial atraente para as nações africanas emergentes [Alberto, 2011, pp. 104-105].

Apesar da ausência de um projeto consistente para esta ação diplomática (entre 1961 e 1969, não teria sido explícita a missão do Brasil com a África, piorando após 1964), ela fora realizada no esteio de um contexto intelectual que orbitava em torno de Jânio Quadros. É neste cenário que se desenrolam os papéis de pesquisadores como José Honório Rodrigues (historiador e professor no Itamaraty), Maria Yedda Linhares (professora de História da África na Universidade do Brasil) e Cândido Mendes (Assessor Internacional de Quadros e professor da PUC-Rio). Os últimos, no Rio de Janeiro, foram responsáveis pelas atividades do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEEA)⁵, que deveria fomentar estudos para políticas comuns. Esse apoio,

5 Criado pelo Decreto n.º 50465, em 14-04-1961 e subordinado diretamente à Presidência da República, conforme http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D50465.htm [consultado em 01-12-2014]. O IBEEA, encerrado em 1964, seria o embrião do futuro Centro de Estudos Afro-Asiáticos, ligado à Universidade Cândido Mendes, a partir →

sediado na Universidade do Brasil, uniu vários intelectuais em torno do que seria uma ação de *esquerda* e alinhamento independente dos países periféricos do capitalismo (Dávila, 2011, pp. 70-72).

A política externa de Jânio Quadros se adequava a essas aspirações [...]. Um exemplo disso era a ordem presidencial que criava bolsas de estudo para trazer estudantes universitários africanos para o Brasil. Jânio financiou a oferta cortando o salário do corpo diplomático. [...] Algumas das primeiras travessias do Atlântico durante a década de 1960 foram feitas por estudantes africanos que recebiam bolsas do Itamaraty. O primeiro grupo chegou na segunda metade de 1961. Ao todo, foram 15 estudantes de Gana, Senegal, Nigéria, Camarões, Cabo Verde e Guiné-Bissau. O IBEAA distribuiu-os por universidades pelo Brasil, mas primeiro enviou-os a Salvador, onde teriam três meses de aulas de português e de “civilização brasileira” no CEAO da Universidade da Bahia. [Dávila, 2011, pp. 71, 74 e pp. 79-80].⁶

de 1973. Cf. <http://www.ucam.edu.br/index.php/centro-de-estudos-afro-asiaticos> [consultado em 01-12-2014]. José Maria Nunes Pereira recorda que “Candido. Candido Mendes [...] Atraiu a atenção da equipe de Jânio Quadros e foi ser chefe da Assessoria Técnica Internacional do presidente. Entrou com aquela vitalidade de traçar uma política externa brasileira, mas especialmente a política externa nova, aquilo que iria ser criado, a política para o terceiro mundo. Então: África. Candido e Eduardo Portela sentiram a necessidade de ter um gabinete de estudos, um instituto que pudesse, primeiro, reunir aquela elite que estava muito predisposta a discutir o tema: José Honório Rodrigues, San Tiago Dantas, Maria Yedda Linhares, Jorge Amado, Afonso Arinos. O Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos [...] fazia duas coisas: aquilo que a gente não via, que eram os relatórios para o presidente, e uma atividade externa marcada por conferências, cursos e livros. Esses livros foram em número de cinco ou seis: um livro sobre África, com uma entrevista com Mário Pinto de Andrade; um sobre Israel; Candido [Mendes] faz um belo livrão sobre nacionalismo e desenvolvimento; [...] As conferências tinham impacto; eram realizadas ali no Ministério de Educação. Isso tudo em 1962, 63.” Cf. Alberti e Pereira (2007b, pp. 133-135).

⁶ O CEAO-UFBA foi criado com o apoio do governador da Bahia e o reitor da Universidade pelo exilado português antislazarista George Agostinho da Silva, em 1959. Cf. Dávila (2011, p. 74 e <http://www.ceao.ufba.br/2007/apresentacao.php> - Consultado em 01-12-2014. Paulina Alberto afirma ainda que: “No início da década de 1960, o Itamaraty encontrou o parceiro ideal para a sua política para a África no novo Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade da Bahia. Anterior ao IBEAA de Quadros, o CEAO foi o primeiro centro acadêmico do Brasil dedicado aos estudos da África e do afro-Brasil (embora os seus pesquisadores historicamente tenham focalizado principalmente no estudo das culturas africanas na Bahia). Desde a sua fundação pelo intelectual português George Agostinho da Silva em 1959, o CEAO trabalhou para estabelecer conexões com outros centros de estudos africanos ao redor do mundo e também no Brasil. [...] Durante os anos da política do Itamaraty para a África, o CEAO recebeu fundos do governo brasileiro e ganhou mais visibilidade local e nacional [...] a parceria do Itamaraty com o CEAO abriu espaço para que um conjunto de ideias inovadoras sobre a cultura africana do Brasil ganhasse status oficial.” Cf. Alberto (2011, pp. 116 e 120).

Até 1964, esse cenário de construção de uma ponte institucional sobre o Atlântico Sul foi possível, mesmo num ambiente em que Quadros e Goulart tiveram dificuldade em se contrapor à política colonial portuguesa, materializada pelas abstenções em votações na ONU sobre o assunto (Dávila, 2011, pp. 115-116) ou nas pressões que os simpatizantes brasileiros de Salazar eram capazes de exercer.⁷ Circularam sobre ela, apesar das dificuldades e da ausência de um projeto claro e distinto, diplomatas (Alberto da Costa e Silva entre outros), adidos culturais (o campeão olímpico brasileiro Adhemar Ferreira da Silva), escritores e artistas (Antonio Pitanga, para divulgar o filme *Ganga Zumba*, em 1964, pela África Ocidental) (Dávila, 2011, pp. 101-110). Todavia,

[...] O golpe de 1964 deu fim à Política Externa Independente. O regime militar virou as costas e intensificou as relações com Portugal justamente no momento em que as guerras contra o domínio português em Angola, Moçambique e na Guiné-Bissau passavam a ser uma das preocupações que unia os países africanos independentes. [...] Na verdade, nacionalistas angolanos e moçambicanos tinham sido presos no Rio de Janeiro e questionados tanto pelo serviço de inteligência da Marinha (CENIMAR) quanto por membros da PIDE portuguesa [Dávila, 2011, p. 112].

DA ÁFRICA LITERÁRIA À REALIDADE ANTICOLONIAL: PISTAS SOBRE OUTRA PONTE SOBRE O ATLÂNTICO SUL

Ao nível das trajetórias individuais, relações pessoais e de ativismo político e cultural, é preciso ter em consideração o Movimento Afro Brasileiro pela Libertação de Angola (MABLA), a Associação Cultural do Negro (ACN) e a publicação em jornais opositores ao colonialismo português, como *O Estado de São Paulo*.

O trabalho de José Francisco dos Santos (2010) sobre o MABLA estudou a formação, desenvolvimento e atuação do grupo. O seu surgimento começa na Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, nos anos 1950, quando em

7 “A capacidade de Salazar vir distribuir louvores, “puxa-saquismos”, comendas, aos chefes da comunidade portuguesa era enorme. João Neves da Fontoura dizia que nós não tínhamos política externa com Portugal; Portugal era família e com família não há política externa. Salazar tinha um grande investimento: cinco jornais, três imponentes programas em emissoras de rádio. A comunidade portuguesa marcava presença. Nós tínhamos aqui deputados salazaristas mais salazaristas do que os de Portugal. [...] em 1964, [Carlos] Lacerda facilita a instalação da PLDE no Brasil, sem grandes autorizações do governo central. Era a Gestapo portuguesa, como se dizia. A PLDE se instala secretamente no Brasil, na rua Santa Clara, n.º 36, aquele prédio grande, e começa acompanhando o nosso movimento, o movimento dos nacionalistas africanos.” Cf. Alberti e Pereira (2007b, p. 130).

contacto com as discussões dos estudantes africanos das colónias, Fernando Augusto Albuquerque Mourão (sociólogo paulistano) e José Maria Nunes Pereira (historiador carioca), resolvem posicionar-se politicamente a favor de África, organizando resistência nos seus estados de origem. Nunes Pereira recorda:

Saí de Coimbra e vim para o Porto em 1956, para fazer medicina. No Porto, eu pertencia a uma grande instituição famosa, a Casa dos Estudantes do Império, à qual pertenceram todas as lideranças africanas que depois vieram a presidir os seus países. A Casa dos Estudantes do Império era uma instituição criada pelo governo com a finalidade de viabilizar um pouco a vida dos pretos, dos mulatos, dos filhos de colonos brancos: nós tínhamos república para dormir mais barato, restaurante ... Mas nunca se pensava que aquela casa, com uma vigilância política tão grande, fosse ser um celeiro de intelectuais militantes. [...] No final de 1962 criamos o Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola, o Mablá, primeiro em São Paulo e depois no Rio. Em 1963 foi a radicalização. Nesse ano, aconteceu um grande congresso internacional do terceiro mundo na Bahia. Toda a nossa delegação foi: Angola e o PAIGC, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, de que eu também era auxiliar. Nossa atuação começou então a incomodar os portugueses, primeiro os comendadores, depois a própria PIDE [...] [Alberti e Pereira, 2007b, pp. 124 e 129].

Em São Paulo, há evidências do encontro entre o associativismo político-cultural negro com a militância anticolonial africana. Através das memórias sobre esses contactos, descobre-se o estudante angolano Paulo dos Santos Matoso Neto, lembrado vivazmente na entrevista que fiz ao escritor Oswaldo de Camargo, membro da Associação Cultural do Negro (1954-1976), organização negra com mais de 700 sócios, e a mais importante associação de intelectuais e ativistas negros em São Paulo em meados do século XX (Silva, 2012; Silva, 2013). Nela, o então diretor do Departamento de Cultura e editor do jornal da ACN, a partir de 1958, relatava o primeiro contacto que ele e alguns dos seus colegas tiveram com estudantes africanos, e que lhes permitiu formar uma imagem menos difusa acerca de África:

[...] Você não conhecia a África. A África que você tinha era a África literária, uma África mítica, gravuras. [...] Vamos situar em 1960. Eu sou o editor-chefe do *Níger*. [...] Então, a capa do *Níger* aqui é o Patrice Lumumba. Começa a começar o movimento de independência na África. Aí chegam de Angola alguns rapazes que chegam refugiados, falando português. Tanto que nos espantava o sotaque lusitano deles. Eram dois, pelo menos. Um deles, me lembro muito bem, Paulo Matoso. Eles vêm com alguns livros africanos. Primeira vez que nós vimos alguns livros vindos da África! Primeira vez, pelo menos para mim, que eu deparo, que eu topo um africano. Um homem negro africano.

Para mim, o início de conhecer a África foi aí. E foi mediante o Paulo Matoso, que me deu um livro da Noêmia [de Souza Abranches] que era uma poetisa de Moçambique [...] [Silva, 2007; Silva 2012].

Quem é Paulo dos Santos Matoso Neto? Nascido em 1933, em Malanje (norte de Angola – no documento original grafou-se Malange), desembarca no porto de Santos em 17 de julho de 1958, na condição de estudante enviado pela igreja protestante.⁸ Chega com os pais (o seu pai era pastor) e com a irmã, e enquanto estudante Matoso Neto foi admitido com carácter temporário especial no território brasileiro por seis anos, de acordo com a sua ficha consular de qualificação expedida em 26 de junho de 1958⁹, passando a sua autorização a ter carácter permanente em outubro de 1961.

Portanto, ao contrário dos dados de Dávila sobre a política externa independente, do artigo de Dzidzienyo em 1970¹⁰, da menção no trabalho de Paulino¹¹, e mesmo das memórias de José Maria Nunes Pereira, e em consonância com o que afirma José F. dos Santos (2010), Matoso chega ao Brasil três anos antes da Política Externa Independente e da concessão de bolsas do governo Quadros aos estudantes africanos que aportassem em Salvador.

8 Documento da Secretaria de Segurança Pública – Delegacia Especializada de Estrangeiros. Ficha de Identificação de Paulo Matoso. Acessado através do Fundo “Brasil, Cartões de Imigração, 1900-1965”. Disponível em: <https://familysearch.org/search/collection/1932363> – Consultado em 23/12/2015.

9 Ficha Consular de Qualificação – Paulo dos Santos Matoso Neto. Consulado Geral do Brasil em Lisboa, 26 de Junho de 1958. Disponível em: <https://familysearch.org/search/collection/1932363>. Consultado em 23/12/2015.

10 “A vinda de estudantes africanos para estudar na Universidade da Bahia (UFBA) mereceu grande cobertura em fevereiro de 1961. A 21 de fevereiro, o Prof. Agostinho da Silva, em entrevista ao *Jornal da Bahia*, salientava que havia alguma dificuldade em traçar as origens da idéia de serem trazidos estudantes africanos para a Bahia. Contudo, tal idéia tornara-se uma realidade através dos esforços do Centro de Estudos Afro-Orientais. Vieram estudantes da Nigéria, Gana, Serra Leoa, Senegal e Mali; estudariam Medicina, Engenharia e Arquitetura, e obtiveram bolsas-de-estudo do Itamarati. Ele expressou a esperança desses estudantes em se tornarem verdadeiros líderes e não simples portadores de diplomas.” Cf. Dzidzienyo (1970, p. 87).

11 “Os contornos desta colaboração [Itamaraty e CEAO] podem ser claramente percebidos em 1961. Naquele ano o Itamaraty criou uma série de bolsas de estudo com duração de quatro anos para estudantes da África Ocidental que quisessem estudar em universidades brasileiras e convidaram integrantes do CEAO para ajudar no projeto e implantação do programa. Os funcionários do Itamaraty esperavam que o CEAO pudesse contribuir, em primeiro lugar, com o seu conhecimento profissional e os contatos pessoais necessários para atrair e receber os estudantes; em segundo, oferecer o espaço do centro para ser a sede de um programa de três meses de estudo da língua portuguesa e cultura brasileira que os bolsistas seriam obrigados a frequentar logo depois de sua chegada ao Brasil.” Cf. Alberto (2011, p. 117).

Isso sugere um trânsito alternativo (mediado pela rede do protestantismo em Angola e São Paulo) e uma presença mais antiga do ativismo angolano no Brasil, ainda pouco conhecida e discutida. Um documento do Departamento de Estado Americano, cujo assunto é “Rebelde angolano em São Paulo – Paulo dos Santos Matoso Neto”, datado de 13 de dezembro de 1963 fornece outras informações:

[...] concerned the activities and personality of Paulo dos Santos MATOSO Neto, MPLA President of Brazil. We have obtained the following background information from a Protestant missionary source.[...] Paulo Matoso comes from a Protestan African family in northern Cuanza Norte district of Angola. His father, Rev. Paulo dos Santos Matoso, has long been a pastor of the Igreja Evangelica (us Methodist supported African church in Luanda-Malange area). Visiting Brazil at his own expense in 1957, Rev. Matoso arranged a scholarship for his son at the Rudjes-Ramos [sic] Seminary of São Paulo. [...] He left for Brazil in 1958 to attend the seminary. He never completed the course. “Girl trouble”, explained the source. [...] When Paulo Matoso went to Brazil in 1958 he was accompanied by a cousin, Francisco do Sousa e Santos, who also had a privately arranged scholarship to the seminary [...].¹²

Ser membro de uma família protestante enviado para estudar num seminário paulista (Seminário Rudge Ramos, a atual Universidade Metodista de São Paulo, em São Bernardo do Campo) em 1958 e tornar-se representante (presidente, nos termos do documento) do movimento nacionalista angolano no Brasil¹³ a partir de 1961 não é apenas coincidência. A igreja metodista em Angola teve um carácter progressista, de apoio à luta anticolonial e à formação de elites nativas (Schubert, 1999). Matoso está no cerne da formação do MABLA, no Brasil, cujo começo, então, pode ser associado à chegada dos africanos e ainda mais precisamente datado, segundo os documentos que encontrei acerca dele:

12 “Airgram – Department of State n. A-176”. Informação de Henry Clinton Reed, Cônsul Geral Americano. 13 de março de 1964. Visualizado no Repositório Digital da Biblioteca da Brown University (USA). Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:378552/> [Consultado em 23-12-2015].

13 “[...] afirmação de Miguel Urbano Rodrigues de que Paulo Matoso representava o MPLA no Brasil [...] quadro para o Departamento de Assuntos Exteriores: Entre outros os nomes de Jacinto Fortunato, Paulo Matoso e João Gonçalves [José Manuel Gonçalves Rosa]. Departamento de Propaganda e Cultura, Francisco de Sousa e Santos. Todos estavam no Brasil na época. [...] A indicação dos nomes acima como quadro integrantes do MPLA, sem que nunca tenham estado em Conakry, reflete uma tática do MPLA de incluir nomes ligados à Igreja Metodista [...] visando aumentar a penetração do MPLA no interior de Angola onde a Igreja era representativa” Cf. Santos (2010, p. 60).

Os primeiros africanos que chegaram para estudar foram para a Faculdade Metodista de São Paulo [...] nomeadamente Paulo Matoso, Jacinto Fortunato, Francisco Raimundo Sousa e Santos. Logo após vieram para estudar em outras instituições, os angolanos José Manoel Gonçalves, José Lima de Azevedo, Fernando Costa Andrade, Alberto de Almeida, David Costa Lopes, Igor Costa Lopes, Rui Costa Lopes. Brasão Farinha, José Maria Valadares [...] Mateus Silva, todos angolanos. Há também os moçambicanos, Orlando Dourado e Soares Guedes; o camaronês Paul Koume Ewane; guineense Fidélis Cabral (PAIGC). Que se juntaram a outros africanos que estavam no Brasil [Santos, 2010, p. 49].

Usando o nome de Paulo Matoso dos Santos Neto como referente de pesquisa (em razão do seu contacto com a Associação Cultural do Negro e pelo facto de ele produzir retorno efetivo nas buscas em arquivos, ao contrário dos outros estudantes africanos citados), mapeia-se em alguns jornais de São Paulo e Rio de Janeiro um certo nível de interesse pela questão da libertação dos países colonizados lusófonos. Os periódicos de 1960 a 1965 noticiam debates sobre a situação de Angola e a participação de estudantes daquele país, inclusive explicitando a sua filiação no MPLA. Maioritariamente, as notícias aparecem no jornal *O Estado de São Paulo*, o que reforça a afirmação de Jerry Dávila sobre um certo apoio deste jornal à luta anticolonial da África portuguesa; mas tal posição não deixa de ser intrigante, face ao posicionamento político mais conservador e antagonista do mesmo periódico em relação, naquele momento, aos governos Quadros e Goulart. José Francisco dos Santos sugere, a este respeito, a seguinte hipótese:

O Estado de São Paulo, na época dirigido por Júlio de Mesquita Filho que durante o regime de Vargas precisou exilar-se por um tempo em Portugal, descontente com o tratamento recebido naquele país, publicou editoriais que criticaram o regime salazarista e sua política colonialista. Entre seus redatores estavam Fernando [Augusto Albuquerque] Mourão e Miguel Urbano [Rodrigues], ambos ligados ao MABLA, que contribuíram para que o jornal desse ênfase e criticasse a guerra colonial [Santos, 2010, p. 53].

Sendo correta esta hipótese sobre a posição ambivalente do jornal paulista, observa-se que em 26 de maio de 1961, *O Estado de São Paulo* publicava duas notas acerca de debates sobre a luta de libertação angolana em São Paulo. Ambas as informações referenciam a aproximação entre estudantes e intelectuais brasileiros, brancos e negros, individualmente ou em coletivos, com os seus pares angolanos:

O estudante Fernando Mourão proferiu ontem, à noite, no auditório do Grêmio da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, uma palestra sobre o tema “Evolução

Histórica de Angola”, discorrendo outrossim a respeito da colonização portuguesa nas Províncias Ultramarinas. [...] Por seu turno, o estudante angolano José Manoel Gonçalves esclareceu que o Movimento em favor da libertação de Angola está aberto a todas correntes de opinião. [...] Finalmente, outro estudante angolano no exílio, sr. Paulo Matoso Neto, criticou o redator de uma revista nacional que em reportagem recentemente divulgada, qualificou os rebeldes angolanos de “bárbaros”.¹⁴

A expressão “outro estudante angolano no exílio” não evidencia se a presença ou permanência de Gonçalves e Matoso se ficou a dever à política externa independente ou se solicitaram estatuto de exilados depois de terem permanecido vários anos no Brasil (o que pode ser sugerido pelo caso de Matoso), mas reconhece a condição colonial. Ademais, na mesma página, lê-se a nota: “A convite da Associação Cultural do Negro, o estudante angolano Paulo Matoso Neto pronunciará hoje, a partir das 20h30, na sede da entidade, à rua São Bento, 405, 16.º andar, uma palestra sobre os problemas de Angola”.

A informação é sucinta. Porém, estabelece outros indícios sobre o contacto ou interesse que intelectuais e ativistas negros em São Paulo teriam pela questão da libertação africana, em particular os membros da ACN, como José Correia Leite (1992, pp. 175, 177), membro fundador, que afirmou que 1960 foi o ano africano e isso provocou a atenção dos negros da ACN, também por causa do Massacre de Shaperville, em 21 de março daquele ano, na África do Sul. Nenhum deles visitou, naquele momento, o continente, especialmente por falta de recursos. Mas a sua expressão de libertação poderia ser apreendida por representantes como Matoso e outros. Mesmo para um público politicamente menos informado, importava falar sobre Angola, o MPLA, as lutas do povo e angariar apoio.

A luta em Angola, a situação em Cuba, a política exterior do Brasil, a campanha em defesa da escola pública [...] o aumento da luz e do gás e reivindicações diversas aos governos da União, do Estado e do Município serviram de tema para os discursos de cerca de 20 oradores que se sucederam na tribuna da Praça da Sé, durante a concentração de ontem, promovida pela Federação das Sociedades de Amigos de Bairros e Vilas de São Paulo. [...] Duas horas após o início da manifestação chegou à Praça da Sé para participar do ato, numerosa delegação da Liga Umbandista São Jerônimo. Seus membros estavam todos fantasiados [sic], tocavam atabaques e faziam evoluções no local; carregavam faixas com frases de apoio ao movimento pela libertação de Angola. [...] Dirigentes de vários sindicatos de trabalhadores, das sociedades de amigos de bairros das mais variadas correntes políticas

14 “Estudantes examinam o problema de Angola; Problemas de Angola”. *O Estado de São Paulo*, 26-05-1961, p. 12.

misturavam-se no palanque com dirigentes estudantis e com um grupo de senhoras que usavam aventais com os seguintes dizeres: “Mulheres unidas pelo Brasil apóiam a política exterior do presidente Jânio Quadros”. [...] Quando falavam os estudantes angolanos Paulo Matoso e José Manoel Gonçalves chegou ao local [...] a delegação da Liga Umbandista São Jeronimo”.¹⁵

Destarte, participar de um comício do tipo *frente ampla* na Praça da Sé não é desconexo. A descolonização – ou, antes, a solidariedade face a este movimento enquanto conexão com o terceiro mundo – entra na agenda política desse tempo. É o tipo de teste social da democracia que a atmosfera pré-golpe de estado civil-militar de 1964 permitia. E, neste contexto, a África lusófona em estado de ebulição poderia ser tematizada sem aparente estranheza. Alcançar interlocutores políticos mais tradicionais também não era algo alheio à vontade dos membros do MPLA em São Paulo. Menos de um mês após o comício da Sé, encontram-se através das páginas do mesmo jornal, em convite dirigido ao Partido Socialista Brasileiro, os mesmos Matoso Neto e Miguel Urbano Rodrigues, discursando sobre a luta de Angola.¹⁶

A sugestão de que essas diferentes atividades de esclarecimento¹⁷, rotinizadas quase mensalmente em São Paulo, com maior ou menor direcionamento para a ação política (com interlocutores diversos e não necessariamente com atividade partidária) fosse algo orientado pelo movimento de libertação em África e não apenas um trabalho realizado por cidadãos angolanos e brasileiros isolados e preocupados com a questão¹⁸

15 “Assuntos vários na concentração da Praça da Sé”. *O Estado de São Paulo*, 17-06-1961, p. 14.

16 Agenda Municipal. *O Estado de São Paulo*, 12 de julho de 1961, p. 4. Em outra seção do jornal, informa-se a aliança com grupos de ativistas negros e brancos: “O Movimento Afro-brasileiro pró Libertação de Angola promoverá amanhã às 20 horas e 30 [...] uma reunião de esclarecimento sobre a “luta pela libertação de Angola”. Participarão da reunião representantes da Frente Negra de Santo André e elementos vinculados ao Centro de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais de Santo André. Falarão, na ocasião, o angolano Paulo Matoso e o jornalista Miguel Urbano Rodrigues”. Palestra pró Angola. *O Estado de São Paulo*, 12-07-1961, p. 12.

17 Igual esta: “A Academia de Letras da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo promoverá hoje às 21 horas uma palestra a cargo de elementos do Movimento Afro-Brasileiro pró-Libertação de Angola (MABLA) subordinada ao título “O colonialismo português”. Discorrerão sobre o assunto os estudantes angolanos – Paulo Matoso, José Manuel Gonçalves e Souza Santos, além do engenheiro Myres Dorez.” Palestra sobre o colonialismo português. *O Estado de São Paulo*, 22-08-1961, p. 17.

18 Como pode sugerir a publicação do telegrama do MABLA, enviado ao então chanceler brasileiro San Thiago Dantas: “O Movimento Afro-brasileiro pró-Libertação de Angola, MABLA, conhecedor da lúcida posição de V.Ex.^a em relação ao colonialismo em geral e ao problema angolano em particular, congratula-se pela presença de V.Ex.^a no Itamarati [sic], certo →

fica explícita num comunicado do MPLA publicado em outubro de 1961 na imprensa.

De acordo com instruções recebidas do Comitê Central e Diretivo do MPLA, com sede provisória em Conakry, vem a delegação daquele movimento em S. Paulo limitando a sua atividade no Brasil ao trabalho de esclarecimento da opinião pública brasileira sobre o caráter da guerra patriótica que o povo de Angola trava neste momento contra o colonialismo português, empenhado numa verdadeira campanha de genocídio. Como nossa campanha é dirigida contra o colonialismo português e não apenas contra o fascismo luso, tem a delegação do MPLA permanecido alheia às atitudes e lutas intestinas da oposição portuguesa radicada no Brasil [...]. Cabe ao Comitê Central do MPLA dar oportunamente ao manifesto colonialista a que nos referimos a resposta que ele merece. Entende, entretanto, a Delegação de São Paulo, que cumpre indeclinável dever denunciando desde já à opinião pública e democrática do Brasil, como criminosa e atentatória do direito dos povos africanos escravizados por Portugal, a atitude assumida pelos elementos da oposição portuguesa que assinam o documento citado. ANGOLA rejeita o colonialismo do sr. [Henrique] Galvão, da mesma forma pela qual rejeita a do sr. Salazar. a): Paulo dos Santos Matoso Neto; Francisco R. de Sousa e Santos; José Manuel Gonçalves; Jacinto Pascoal Fortunato.¹⁹

Além da informação de cisão interna na comunidade portuguesa exilada no tocante à questão colonial, o que se deve destacar é a explicitação da atividade do MPLA no Brasil e dos seus mensageiros autorizados a falar por ele. Isso significa, ao menos, duas coisas: atividades não clandestinas no Brasil, até 1964, enquanto grupo; e uma aposta consistente na construção de diálogos políticos.²⁰ Mesmo em atos públicos aparentemente mais amenos, como um jogo no ginásio do Ibirapuera, que terminaria em confronto e prisões, devido a posições antagônicas:

de que a lamentável política de apoio ao sr. Salazar adotada pelo governo anterior será substituída por outra mais realista e humana, que tome em conta a solidariedade do povo brasileiro ao povo irmão de Angola vítima neste momento de uma campanha de genocídio. Ninguém melhor que v. exa. pela sua cultura e conhecimento profundo do problema poderia formular a política africana conforme os interesses da nacionalidade.” Subscreveram o telegrama os srs. Luiz Roberto Sallinas, José M. Gonçalves, Paulo Matoso e a sra. Dora Miari.” Telegrama do MABLA ao chanceler. *O Estado de São Paulo*, 14-09-1961, p. 13.

19 O comunicado faz referência ao texto publicado dias antes pela “Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres Exilados”, assinado por Henrique Galvão e Sarmento Pimentel. Cf. Comunicado do MPLA a respeito da situação de Angola. *O Estado de São Paulo*, 06-10-1961, p. 10.

20 Como o enviado pelo MABLA ao deputado Aurélio Viana agradecendo por sua intervenção na Câmara em defesa da luta anticolonial. Assinam o telegrama Paulo Matoso, Luiz Sallinas, Virginia Maestri e Francisco Sousa Santos. Intervenção a favor de Angola. *O Estado de São Paulo*, 12-10-1961, p. 19.

Uma manifestação anti-salazarista que a oposição portuguesa no Brasil, estudantes angolanos que aqui residem e colegas brasileiros promoveram ontem à noite no Ginásio do Ibirapuera terminou em violência. Exibia-se numa partida de hóquei-sobre-patins, a seleção de Angola – que os antisalazaristas afirmam não ser composta de angolanos – contra um quadro paulista. [...] Postados numa arquibancada, os manifestantes lançaram folhetos com dizeres anticolonialistas e desfraldaram uma bandeira de Angola. O grupo anti-salazarista já estava em vigilância direta de policiais do DOPS e de guardas-civis que entraram imediatamente em ação. [...] Enquanto se efetuava a detenção, o estudante negro angolano Paulo dos Santos Matoso Neto, que desfraldava uma bandeira de Angola, foi atacado por portugueses salazaristas que lhe arrebataram o pavilhão.²¹

A prisão levou Matoso a ser fichado pelo DEOPS, sendo descrito como “Portugues [sic], industriário [...] Detido no Ibirapuera. Relação datada de 25-10-1961. Elemento comunista”²² Note-se-lhe a negação da identidade de angolano, ato deliberado da polícia política paulista (Santos, 2010, p. 61). Enquanto a luta pela libertação em Angola se radicaliza, também se acirram as posições de enfrentamento sobre a questão, inclusive entre os seus apoiantes em São Paulo.²³ Ao longo do ano de 1962, manifestos,

21 Demonstração anti-salazarista culmina em atos de violência. *O Estado de São Paulo*, 25-10-1961, p. 13. Na mesma matéria, expõe-se o clima beligerante: “O jornalista Miguel Urbano Rodrigues foi o primeiro elemento contido pelos policiais. Após atirar um punhado de volantes, foi retirado com energia do recinto do estádio. [...] Viram-se os policiais, investigadores e guarda-civis entre “dois fogos”, tendo que enfrentar a resistência tenaz dos manifestantes e a investida feroz dos portugueses salazaristas que pareciam dispostos a exterminar seus opositores. Uma das vítimas foi a estudante da Faculdade de Filosofia, Therezinha Virginia Maestri. Contida por um grupo de guarda-civis, a jovem foi literalmente arrastada enquanto se agarrava aos bancos [...] antes da passagem foi agarrada por salazaristas que conseguiram arrebatá-la dos policiais e atirá-la ao corredor. [...] Triste papel desempenhou uma parlamentar, presente aos acontecimentos. Enquanto a estudante era agredida, a parlamentar em altos brados, incitava os atacantes com frases dos seguintes jaez: “Chuta a cara dela”, “essa é histórica”, “repito isto aqui na televisão ou na cara do Kruchev”. [...] Os jovens após a lavratura da ocorrência no DOPS foram soltos”.

22 Ficha remissiva – Paulo dos Santos Matoso Netto, 03-11-1961. Acervo DEOPS. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Na mesma ficha, lê-se informação de 23-08-1961: “Por relatório da Sub-Chefia no. 455/61: Elemento filiado ao MABLA discorreu sobre as características de Angola, sua população, extensão territorial, idiomas, fronteiras, etc. Defendeu a tese de libertação de Angola, tema principal da reunião; atacou o regime de Salazar em conferência sobre o tema “Colonialismo Português”, realizada nesta data, na Faculdade de Direito de São Paulo.”

23 Entregue ao Governo manifesto contra a “seleção de Angola”. *O Estado de São Paulo*, 27-10-1961, p. 13. Assinam o manifesto, entre outros: Claudio Abramo, Paulo Duarte, Fulvio Abramo, Miguel Urbano Rodrigues, Roberto Salinas, Sábado Magaldi, José Celso Martinez Correa, Flávio Rangel, Gianfrancesco Guarnieri, Virginia Maestri, Paulo Matoso, José Manoel Gonçalves, Francisco Sousa Santos, Jacinto Fortunato.

entrevistas e debates dão mostras de abertura ao tema, com espaço destacado às críticas:

A luta pela liberdade de Angola durará enquanto houver um nacionalista angolano vivo – declararam ontem em entrevista coletiva na União Brasileira de Escritores integrantes do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), radicados em São Paulo. A propaganda salazarista [...] tenta dar ao mundo a impressão que o movimento foi subjugado [...] Cidades foram metralhadas e bombardeadas. Assim, as forças anticolonialistas se viram forçadas à defesa das populações civis, decrescendo sua ação de ataque. Mas isso é apenas temporário porque a estrutura de organização militar do MPLA permanece intacta. [...] O MPLA em São Paulo tem função mais informativa [...] Os entrevistados eram três. Dois, Paulo Matoso e Francisco Raimundo Sousa e Santos são assimilados angolanos pretos que sabem ler e escrever o português, com direitos limitados. O terceiro, José Maria Gonçalves era em Angola considerado branco de 2ª. classe (o nascido em Angola).²⁴

A mesma mobilização pela luta das ideias, da parte dos militantes do MPLA no Brasil, aconteceria meses depois, na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro. Repetiam os argumentos apresentados na União Brasileira de Escritores em São Paulo, acrescidos do ataque à parte do sustentáculo oficial da ideologia salazarista, oferecido pelo debate sobre o lusotropicalismo do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre:

O governo salazarista foi acusado pelos líderes angolanos Paulo Matoso e José Lima de Azevedo, em entrevista ontem concedida na UNE, de ser o único responsável pelo massacre praticado contra seus compatriotas negros e que se configura como autêntico genocídio. [...] – Consideramos facciosas todas as teses do partido único português e de seus adeptos, que pretendem ver Angola como um segundo Brasil. Chamamos a atenção de todo o povo brasileiro para o fato de que o chamado luso-tropicalismo é uma doutrina em que os colonialistas jamais acreditaram, salvo como argumento para comprometer os brasileiros, ante o veemente anseio do povo angolano por sua independência total e incondicional.²⁵

A crítica ao lusotropicalismo de Freyre acompanhava a posição de outro nacionalista angolano eminente, o sociólogo, ensaísta e primeiro presidente do

24 “Exilados afirmam que em Angola continua a luta pela libertação”. *Folha de São Paulo*, 20-01-1962, p.1; Silveira, Helena. Angola e Inconfidência. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 23-01-1962, p. 2.

25 Cf. “Líderes angolanos: Salazar pratica genocídio em África”. *Última Hora*, 09-05-1962, p. 2. Ver também: “Estudantes da África Negra vão dar entrevista na UNE”. *A Noite*, 07-05-1962, p. 5.

MPLA, Mário Pinto de Andrade (Andrade, 1955, pp. 24-35), que se juntava aos apelos por uma tomada de posição.²⁶ Alguma recetividade pôde ser encontrada a esses apelos, como a ocorrida na Faculdade Nacional de Filosofia (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) em parceria com o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, em junho de 1962, ao promoverem uma “Semana de África”, lançando livros editados pelo IBEEA, e ofertando-os aos presentes. Além disso estava prevista

Uma mesa-redonda sobre “auto-determinação” dos povos africanos realizar-se-á amanhã no Salão Nobre da Faculdade Nacional de Filosofia [...] A palestra introdutória está a cargo do professor [Alberto] Guerreiro Ramos. Participarão dos debates os srs. John Ernst Jantuah, embaixador de Ghana; Mohnsen Abidel Fatah, conselheiro da embaixada da RAU [República Árabe Unida]; Fatih Agha Bouayed, representante da FLN da Argélia; Paulo Santos Matoso Neto e José Lima de Azevedo, representantes do Movimento Popular pela Libertação de Angola; Eduardo Portela, presidente do IBEEA e os estudantes Aldo Arantes e Roberto Pontual.²⁷

O que se passou aqui foi, de facto, algo extraordinário. Mesmo que o encontro tenha durado apenas uma semana, que a mesa redonda tenha acontecido em um dia, estes foram momentos que proporcionaram a reunião de sujeitos e organizações revolucionárias no mesmo ambiente, e que demonstram o quão em aberto poderia estar a aposta num cenário de alianças e autodeterminação. A luta anticolonial colocar-se-ia na mesma frequência de uma luta anti-imperialista, e o esforço da política externa independente de um país como o Brasil, em relação ao Terceiro Mundo, fazia demonstrações de si e dos seus intelectuais como interlocutores potencialmente

26 “[...] Os representantes angolanos dirigiram um apelo ao povo brasileiro ‘a fim de que inste junto ao seu governo para que se abstenha de auxiliar o governo de Salazar, não permitindo que suas indústrias forneçam material utilizável pelo exército colonialista português’. Ao final da entrevista solicitaram auxílio para as vítimas da guerra dos angolanos pela independência e pediram que os brasileiros não se esqueçam dos filhos de Angola detidos em Portugal, entre os quais citaram Agostinho Neto, os padres Joaquim Pinto de Andrade e Nascimento e os conegos Alves Neves e Franklin”. Cf. Angolanos dirigem apelo aos brasileiros. *O Estado de São Paulo*, 09-05-1962, p. 05.

27 Cf. O IBEEA lança livros sobre a África. *O Estado de São Paulo*, 08-06-1962, p. 6. Colchetes meus. Ver também: Prossegue a “Semana da África”. *O Estado de São Paulo*, 09-06-1962, p. 6. Nesta segunda matéria, afirma-se que o IBEEA doou 1500 livros ao escritor Antonio Olinto para que fossem organizadas cinco bibliotecas básicas sobre o Brasil nas cidades de Lagos (Nigéria), Porto Novo (Dahome), Lome (Togo) e Acra (Ghana). A participação de Olinto e outros no IBEEA e o seu papel em África está descrito no trabalho de Dávila (2011).

distintivos.²⁸ Os temas da mesa são anunciados noutra notícia, e fortalecem esta hipótese:

[...] Eduardo Portella, diretor do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos; Paulo dos Santos Matoso Neto, José Lima de Azevedo, estudantes angolanos, e Rui Guerra, cineasta moçambicano falaram sobre o “Dia de Angola e Moçambique”. Falarão a seguir: [...] Candido Mendes de Almeida: “Perspectivas do Nacionalismo Africano” [...] conselheiro Mohsem Abdel Fatah, sobre o “Dia da RAU”, Maria Iedda [sic] Linhares e Fathl Agha Bouayel, representante da Frente de Libertação Argelina, que falarão sobre o “Dia da Argélia” [...] mesas redondas sobre-autodeterminação dos povos africanos, dirigidas pelo professor Guerreiro Ramos [...].²⁹

PONTE ERODIDA, ÁFRICA FANTASMA

Através dos jornais favoráveis à causa da descolonização africana, mapeiam-se ainda esparsamente Paulo Matoso e os seus pares, em debates sobre o chamado Ano II da Revolução Angolana³⁰ ou a criação de um movimento de universitários negros junto a estudantes da Faculdade de Direito da USP, em 1963.³¹ Confirmando as hipóteses de vigilância e perseguição política aos

28 Como a homenagem feita ao Centenário de Júlio de Mesquita, promovida por intelectuais negros que visavam a criação de um Congresso Mundial da Cultura Negra (Ana Florência de Jesus, Eduardo de Oliveira, Francisco Lucrecio entre outros): “O angolano Paulo Matoso, presidente da seção paulista do MPLA, falou a respeito do papel da imprensa em relação ao Congresso Mundial da Cultura Negra, exaltando as posições que o ‘Estado’ vem assumindo em defesa dos povos africanos [...] na qualidade de um dos elementos que, vindos das terras africanas, se misturou adequadamente aos princípios de vida do povo irmão do Brasil, não poderia deixar de considerar a homenagem que se presta como sendo também a homenagem dos estudiosos e intelectuais negros do meu país [...]”. Iniciadas as homenagens à memória de Júlio de Mesquita. *O Estado de São Paulo*, 16-08-1962, p. 13. Ver ainda: Cultura Negra. *O Estado de São Paulo*, 05-08-1962, p. 26.

29 Cf. Instalada ontem a Semana de África. *O Estado de São Paulo*, 06-06-1962, p. 05.

30 Encontro ocorrido no Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de São Paulo, promovido pelo MABLA. Contou com a presença de Paulo Matoso (representando Angola, o MPLA e o MABLA), Fidelis Cabral, representando Guiné-Bissau e Cabo Verde (então estudante de Direito em São Paulo e posteriormente revolucionário e ministro da Justiça de seu país), Fernando da Costa Andrade (Angola), Etamb Ewané (República Federal de Camarões), Noemio Weninger (secretário do comitê brasileiro de auxílio aos refugiados angolanos) e Soares Guedes (representante do movimento anticolonialista de Moçambique). 20. Aniversário da revolução angolana. *Folha de São Paulo*, 05-02-1963, p. 22.

31 Universitários negros iniciam em São Paulo luta por direitos. *Jornal do Brasil*, 10. Caderno, 19-05-1963, p. 20. Lê-se: “Paulo Matoso, o mais velho dos quatro, bigode fino sobre os lábios grossos, veio há seis anos de Angola, onde seus pais trabalharam no campo. [...] →

nacionalistas africanos residentes no país após o golpe de estado civil-militar de 1964, encontra-se no jornal *Última Hora*, uma longa notícia de página inteira cujos títulos são esclarecedores: “Os angolanos: seu crime é sonhar com a liberdade. Quem são esses jovens tão perseguidos no Brasil de hoje”. A citação de um trecho, mesmo longo, será oportuna:

Os angolanos constituem um capítulo da repressão que se seguiu ao golpe vitorioso em 1º. de abril de 1964. [...] os estudantes angolanos foram perseguidos pelas DOPS estaduais, pelo Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e outros órgãos e ainda interrogados por agentes da PIDE. [...] A primeira vítima foi o estudante [angolano] de Economia José Lima de Azevedo, residente na Guanabara. Preso pela DOPS no dia 04 de abril de 1964, depois conduzido para o CENIMAR [...] foi submetido a torturas e interrogado por agentes da PIDE. [...] No dia 07 de abril de 1964, foi preso o estudante de Medicina de Cabo Verde, Christophe Morais, juntamente com o Dr. Fidélis Cabral, que se encontrava de passagem pelo nosso país e que representava na América Latina o Partido Africano da Independência da Guiné. No mesmo dia foi detido também o estudante brasileiro José Maria Nunes Pereira da Conceição, casado com a angolana Filomena Ramos da Cruz e amigo pessoal de Fidélis. [...] Em São Paulo era preso, no dia 8 de abril, o poeta e estudante de arquitetura Fernando da Costa Andrade, solto alguns dias depois e novamente detido no dia 1 de junho. [...] José Manuel Gonçalves, que se encontrava asilado no Brasil, há três anos, e Antonio Louro, que aqui organizaram o “Comitê Português Anticolonialista”, foram presos pela DOPS da GB no dia 20 de junho de 1964. [...] No dia 1º. de agosto de 1964 foi preso mais um estudante angolano, Paulo dos Santos Matoso, que foi trazido de São Paulo para depor no chamado “IPM dos Angolanos”, inquérito criado com o objetivo de apurar as atividades dos nacionalistas africanos contra a ditadura salazarista. Todos os interrogatórios a que foram submetidos versaram somente sobre as atividades dos nacionalistas contra o domínio português na África[...] e eram orientados por elementos da PIDE, sempre presentes aos “depoimentos”. Os resultados das numerosas investigações constam em um volume de 400 páginas – cujas cópias se encontram em poder da PIDE – elaborado pela[sic] DOPS da GB e pelo CENIMAR e remetido posteriormente, para julgamento, no Supremo Tribunal Militar [...]”³²

A reportagem de *Última Hora* foi realizada um ano depois do golpe de estado civil-militar de 1964. Depois, não se encontram nos jornais pesquisados

→ Contou Paulo Matoso que já foi redator de *O Estado de São Paulo*. Ele foi nomeado recentemente, Diretor do Departamento Cultural do Centro Acadêmico XI de Agosto[...]. Sublinhado no original.

32 Cf. MEIRELLES, Domigos. Os Angolanos: seu crime é sonhar com a liberdade. *Última Hora*, 23-06-1965, p. 1. Sobre a matéria do jornal, ver também a entrevista de José Maria Nunes Pereira em Alberti e Pereira, 2007b, p. 131.

outras referências a Paulo Matoso ou aos outros jovens, ao MPLA, às lutas anti-coloniais pela libertação ou ao nacionalismo e autodeterminação angolanos. Neste cenário, Matoso, que foi indicado como presidente do movimento e seu representante autorizado, também teria supostamente contribuído para a sua derrocada, segundo o escritor Fernando Costa Andrade (e outros) narra nas suas memórias.³³

Nas memórias de Costa Andrade, as críticas evoluem para a acusação de traidor da causa, lembrando a prisão dos angolanos:

O Paulo Matoso denunciou ao DOPS que “os verdadeiros comunistas, responsáveis por tudo, eram o Lima e eu.” Os outros, nem por isso. Ele ficou preso vinte e quatro horas, ou nem tanto [...] tinha dito à polícia que não tinha mais nada a ver com Angola. Até estava casado com uma brasileira e tinha filhos brasileiros. Nós sim, éramos perigosos revolucionários [Santos, 2010, pp. 114-115].

Além disso, Paulo Matoso seria acusado de utilizar o dinheiro do movimento para fins pessoais, deixando em situação difícil a articulação interna.³⁴ Contudo, é preciso analisar com cautela estas críticas e denúncias. Especialmente porque, de acordo com as minhas pesquisas no *Diário Oficial de Santos*, datado de 29 de março de 2007, Paulo Matoso dos Santos Neto encontrava-se falecido desde data desconhecida³⁵; e, salvo erro, sem ter registo da sua versão

33 Segundo Costa Andrade: “[...] O MABLA [...] tinha o objetivo de canalizar as ajudas, uma vez que as primeiras recebidas, antes de minha chegada, pelo Paulo Matoso, estavam a ser usadas em proveito próprio dele, facto que desmobilizava a solidariedade de vários brasileiros que nos informaram o facto[...]”; E, por fim, a militante angolana Deolinda Rodrigues, “[...] em carta para Kanhamena, em 24 de abril de 1959, portanto fortalece a ideia que Paulo já era integrante do MABLA. [...] Haveria advertência na carta para que não houvesse envolvimento com namoros em São Paulo, como nos que supostamente Matoso e Francisco estariam. Cf. Santos (2010, pp. 106-108).

34 “Quant aux difficultés internes, les accusations contre Paulo Matoso, qui aurait utilisé l’argent du mouvement à des fins personnelles, avaient créé des conflits qui affectaient la crédibilité de la représentation du MPLA au Brésil. En même temps, le manque d’argent rendait difficile l’articulation entre le groupe de São Paulo et le groupe de Rio. [...] Costa Andrade fait référence aux ‘grandes bagarres [‘makas’] de la représentation sémi-clandestine du MPLA à São Paulo, blessée par Paulo Matoso’ et aux ‘liaisons difficiles, à cause de l’absence d’argent, avec Lima, Zé Gonçalves et Zé Maria à Rio’”. Cf. Santil (2006, p. 288).

35 “Faço público, que no mês de FEVEREIRO DE 2007, vencerão as concessões temporárias NO CEMITÉRIO DE AREIA BRANCA, a seguir abaixo relacionadas, que estarão sujeitas aos termos da Lei Complementar n.º 260 de 19-12-1996 publicada em 27-12-1996”. Cf. Atos do Chefe da Seção do Cemitério de Areia Branca – Edital n.º 003/2007 referente ao “Jazigo n.º 09 – Adulto”. *Diário Oficial de Santos*. Santos, 29-03-2007, p. 18. Os dados sobre Matoso: “Paulo dos Santos Matoso Neto, car/muro – 0223, Venc. 13-02-2007”. Sou imensamente grato a Mariana →

sobre os factos de que foi acusado. Como não há nenhum registo da sua deportação ou retorno a Angola – como nos outros casos – e há a menção anterior de criação de laços familiares no Brasil, pode-se supor que seja a mesma pessoa. O debate sobre a eventual erosão de um cenário coletivo parece, assim, mais proveitoso. Esboroa-se o projeto de aliança transatlântica, entre militantes e intelectuais do MPLA e os seus congéneres negros e brancos brasileiros. Combatem-se discussões públicas sobre a autodeterminação, a luta anticolonial e o alinhamento do Terceiro Mundo, dado que os sujeitos do debate foram todos, em algum momento, presos, exilados e/ou perderam o seu antigo lugar social. Limita-se, portanto, um contexto de debate sobre direitos, fossem dos sujeitos colonizados que combatiam a sua condição, fossem daqueles que falavam como subdesenvolvidos sobre os impasses da sua vida. A realidade da mudança social, pautada pelo debate dos direitos, desafiada anos antes, vem pôr todos à prova em março de 1964, com o golpe de estado civil-militar no Brasil, cobrando o alto preço das apostas.

Segundo o trabalho de Wayne A. Selcher (1970), dos primeiros pesquisadores a tratar da atuação do MABLA, e que entrevistou Paulo Matoso dos Santos Neto em 20 de junho de 1968 no Brasil, este movimento era um projeto ousado do MPLA no exílio, coordenado por Mário Pinto de Andrade, o qual visava a construção do apoio à luta anticolonial. As condições sociais adversas viriam a desgastar o projeto, apesar do entusiasmo e empenho pela causa:

[...] In correspondence with Mario de Andrade, the leaders of MABLA proposed to counteract the strong pro-Portuguese propaganda (which promptly labeled them as Communist) and establish a climate of public opinion conducive to the exertion of Brazilian suasion upon Lisbon to expedite the independence of Guinea, Angola, and Mozambique. Laboring under a double burden, the sparsely equipped organization was forced to contend not only with diffuse pro-Portuguese sentiment and ignorance about conditions in the territories but also with the growing inclination of their ideological Brazilian associates to combine the African and Cuban problems as one, a trend which Mario de Andrade judged counterproductive for the movement. The principal sources of effective cooperation came from a prominent Sao Paulo daily, the Foreign Ministry under San Tiago Dantas, and interested African embassies in Rio de Janeiro but proved insufficient to impel the group beyond the status of a mere exile movement with little impact on the politically relevant sectors of public opinion [Selcher, 1970, p. 270].

→ Fujisawa por ter encontrado esta informação, bem como outros documentos pessoais referentes a Paulo Matoso.

Que se afirme que a ponte sobre o Atlântico Sul se alicerçava em frágeis bases da política externa independente de Quadros, Goulart, San Tiago Dantas; que os apoiantes do associativismo negro paulistano, na figura da ACN, ou do MABLA, não tinham condições materiais e políticas à altura do desafio imposto, que a aposta do MPLA e de outros nacionalistas africanos se deu numa expressão difusa da sociedade brasileira; ou mesmo que o apoio ao salazarismo estava mais enredado em diferentes setores brasileiros do que supunham os seus opositores. Tudo isto é plausível. Debater essas hipóteses contribui para a discussão das possibilidades de alianças invisíveis e adiadas entre o Brasil e os países africanos lusófonos. Naquele breve interregno democrático, entre 1958 e 1964, as ações empenhadas foram mais ousadas do que a inércia.

Por outro lado, a década de 1970 complexifica este cenário. Em 1975, o reconhecimento pioneiro do Brasil ditatorial das independências africanas lusófonas socialistas (Santos, 2010; Dávila, 2011) ou mesmo a contínua presença da temática africana para diferentes intelectuais e ativistas negros brasileiros na década de 1970 (Silva, 2013), bem como a manutenção em universidades brasileiras de Centros de Estudos Africanos (como na Universidade Federal da Bahia, Universidade Cândido Mendes e Universidade de São Paulo) que sustentam ativamente aquele tema depois de 1964, com a participação e colaboração de antigos militantes/simpatizantes do MPLA, FRELIMO, PAIGCC, entre outros, são aspetos que merecem novas pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVOS PESQUISADOS

Acervo *O Estado de São Paulo* – <http://acervo.estadao.com.br/>

Arquivo Público do Estado de São Paulo – Acervo DEOPS – <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/textual/deops>

Brown University Library – Digital Repository – <https://repository.library.brown.edu/studio/FamilySearch-Brasil,SãoPaulo,CartõesdeImigração1900-1965,1902-1980-https://familysearch.org/search/collection/2140223>

Hemeroteca Digital – Fundação Biblioteca Nacional – <http://hemerotecadigital.bn.gov.br>



ALBERTI, V., PEREIRA, A. (2007a) “Qual África? Significados de África para o movimento negro no Brasil”. *Estudos Históricos*, 39, pp. 25-56.

ALBERTI, V., PEREIRA, A. (2007b) “Entrevista com José Maria Nunes Pereira”. *Estudos Históricos*, 39, pp. 121-156.

- ALBERTO, P.L. (2011), “Para africano ver: intercâmbios africano-baianos na reivenção da democracia racial, 1961-63”. *Afro-Ásia*, Salvador, 44, pp. 97-150.
- ANDRADE, M.P. de (1955), “Qu’est-ce le lusotropicalismo?”. *Présence Africaine*, 4 (outubro-novembro), pp. 24-35.
- BUTLER, K. (1998), *Freedoms Givens, Freedoms Won: Afro-Brazilians in Post-Abolition São Paulo and Salvador*, New Brunswick, Rutgers University Press.
- CARVALHO, G.L. de (2009), *A Imprensa Negra Paulista entre 1915-1937: Características, Mudanças e Permanências*. Tese de mestrado, São Paulo, FFLCH/USP.
- DÁVILA, J. (2011), *Hotel Trópico: o Brasil e o Desafio da Descolonização Africana, 1950-1980*, São Paulo, Paz e Terra.
- DZIDZIENYO, A. (1970), “A África vista do Brasil”. *Afro-Ásia*, 10/11, pp. 79-97.
- DOMINGUES, P. (2005), *A Insurgência de Ébano: a História da Frente Negra Brasileira (1931-1937)*. Tese de doutoramento, São Paulo, FFLCH/USP.
- FERRARA, M. N. (1986), *A Imprensa Negra Paulista (1915-1963)*, São Paulo, FFLCH/USP.
- GOMES, F. (2005), *Negros e Política (1888-1937)*, Rio de Janeiro, Zahar.
- GUIMARÃES, A.S.A. (2003), “Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950”. *Afro-Ásia*, 29/30, pp. 247-269.
- LEITE, J. C., CUTI (1992), *E Disse o Velho Militante José Correia Leite*, São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura.
- SANTIL, J.M. (2006), “*Ce mépris qui nous trouble*”. *Les représentations du Brésil dans l’imaginaire politique angolais: l’empreinte de la colonialité sur le savoir*. Tese de doutoramento, Bordeaux, Université Montesquieu – Bordeaux IV.
- SANTOS, J.F. do (2010), *Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) – “Um Amplo Movimento”: Relações Brasil e Angola de 1960 a 1975*. Tese de mestrado, São Paulo: PUC.
- SELCHER, W.A. (1970), *The Afro-Asian Dimension of Brazilian Foreign Policy, 1956-1968*. Tese de doutoramento, University of Florida.
- SCHUBERT, B. (1999), “Os protestantes na guerra angolana depois da independência”. *Lusotopie*, pp. 405-413.
- SILVA, M. A. M. da (2007), “Entrevista com Oswaldo de Camargo”. São Paulo, Arquivo pessoal.
- SILVA, M. A. M. da (2012), “Fazer história, fazer sentido: Associação Cultural do Negro (1954-1964)”. *Lua Nova*, 85, pp. 227-273.
- SILVA, M. A. M. da (2013), *A Descoberta do Insólito: Literatura Negra e Literatura Periférica no Brasil (1960-2000)*, Rio de Janeiro, Aeroplano.

Recebido a 18-05-2016. Aceite para publicação a 14-06-2017.

SILVA, M. A. M. da (2017), “Outra ponte sobre o Atlântico Sul: descolonização africana e alianças político-intelectuais em São Paulo nos anos 1960”. *Análise Social*, 225, LI (4.º), pp. 804-826.

Mário Augusto Medeiros da Silva » mariomed@unicamp.br » Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas » Rua Cora Coralina, 100, Cidade Universitária Zeferino Vaz, Barão Geraldo — CEP 13083-896, Campinas, São Paulo, Brasil.
